



# Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

## PROJETO BÁSICO / TERMO DE REFERÊNCIA

### 1. Objeto da Contratação

Registro de preços para eventual aquisição de solução KVM para o Datacenter do TRE-SC, composta por switch KVM, console KVM e adaptadores KVM.

### 2. Fundamentação da Contratação

#### 2.1. Motivação

Necessidade de aquisição de solução KVM para o Datacenter do TRE-SC, considerando que a solução atualmente em uso está obsoleta, com problemas de usabilidade e sem garantia técnica.

#### 2.2. Objetivos e Benefícios

- Reposição de equipamentos obsoletos ou danificados;
- Incremento na disponibilidade dos sistemas e serviços hospedados no Datacenter do TRE-SC;
- Possibilitar o acompanhamento de ações que necessitem acesso ao console dos equipamentos servidores;
- Melhoria na organização do ambiente computacional do Datacenter do TRE-SC.

#### 2.3. Alinhamento Estratégico

Alinhamento Estratégico	Objetivos, Ações e Iniciativas
PDTI	• IN31 – Manter parque tecnológico atualizado

#### 2.4. Estudos Preliminares do Objeto

Este documento foi elaborado considerando o Documento de Oficialização da Demanda e os Estudos Técnicos Preliminares encaminhados pela Coordenadoria de Suporte e Infraestrutura Tecnológica, constantes do Processo Administrativo Eletrônico n. 45.039/2022.

#### 2.5. Demanda Prevista x Quantidade a ser contratada

Bem / Serviço	Demanda Prevista	Quantidade a ser contratada
Registro de preço para eventual aquisição de solução KVM composta por switch KVM, console KVM e cabos adaptadores KVM	3 (três) unidades	3 (três) unidades

#### 2.6. Soluções Disponíveis e/ou Contratadas por outros Órgãos Públicos

Conforme levantamento realizado nos Estudos Preliminares.

#### 2.7. Escolha e Justificativa do Objeto

Conforme levantamento realizado nos Estudos Preliminares.

#### 2.8. Caracterização e Composição do Objeto

O objeto a ser contratado é de natureza comum, possuindo características usualmente encontradas no mercado, assim como padrões de desempenho e qualidade objetivamente definidos, conforme especificações técnicas mínimas detalhadas e constantes do item 3 - "Especificação Técnica Detalhada" deste documento.

Item	Objeto	Quantidade
------	--------	------------



## Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

1	Registro de preços para eventual aquisição de Solução KVM composta por switch KVM, console KVM e cabos adaptadores KVM	3 (três) unidades
---	--	-------------------

### 2.9. Serviços Adicionais

Não se aplica a esta contratação.

### 2.10. Parcelamento e Adjudicação

O objeto pretendido é composto por itens interconectados entre si, de modo a compor uma solução única. Desta forma, a adjudicação será por item, sem possibilidade de parcelamento.

### 2.11. Seleção do Fornecedor

Será selecionado o licitante que, por meio de processo licitatório, atender aos requisitos previstos em lei (habilitação jurídica, qualificação técnica, regularidade fiscal e qualificação econômico-financeira) e às demais exigências editalícias, bem como oferecer a proposta mais vantajosa à Administração.

#### 2.11.1. Critérios de Habilitação

Em relação à **Qualificação Técnica**, deverá ser exigido:

a) um ou mais atestados de capacidade técnica, emitidos em favor da proponente, fornecidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado, os quais comprovem o desempenho de atividade compatível com o objeto deste PB/TR;

Em relação à **Qualificação Econômico-Financeira**, deverá ser exigido:

- a) balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizado por índices oficiais quando encerrado há mais de 3 (três) meses da data de abertura da licitação; e
- b) certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica.

#### 2.11.2. Critérios de Preferência e de Desempate

Os critérios de preferência e de desempate obedecerão à legislação em vigor, em especial a Lei Complementar n. 123/2006, sendo aplicáveis ao objeto a ser licitado os ditames do Decreto n. 7.174/2010.

### 2.12. Modalidade e Tipo de Licitação

O objeto pretendido é bem comum, oferecido por diversos fornecedores no mercado, apresentando características padronizadas e usuais, o que justifica, portanto, a utilização da modalidade "Pregão", sendo, preferencialmente, em sua forma eletrônica e do tipo "Menor Preço", pelo procedimento do "Sistema de Registro de Preços".

### 2.13. Impacto Ambiental

Os produtos ofertados não devem conter substâncias perigosas ao meio ambiente em concentrações superiores às recomendadas pelas diretrizes ambientais nacionais. A comprovação poderá ser feita por meio de 1 (uma) das seguintes opções:

- a) Apresentação de Certificado de Rotulagem Ambiental ("Rótulo Ecológico") emitido pela ABNT ou organismo acreditado pelo Cgcre/INMETRO; **ou**
- b) Apresentação de Certificado de conformidade com a Diretiva RoHS, emitido por organismo acreditado pela ABNT, INMETRO ou instituição internacional similar; **ou**
- c) Apresentação de autodeclaração emitida pelo proponente melhor classificado, atestando a conformidade dos produtos quanto à utilização de substâncias perigosas ao meio ambiente.



## Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

### **2.14. Conformidade Técnica**

Não se aplica a esta contratação.

### **2.15. Obrigações da Proponente**

2.15.1. A empresa proponente deve disponibilizar todos os informativos técnicos necessários à análise da proposta quanto ao atendimento dos requisitos técnicos exigidos, bem como apresentar amostra do produto cotado, caso esta venha a ser exigida para a verificação de tais requisitos.

### **2.16. Obrigações da Contratante**

2.16.1. Efetuar o pagamento à empresa contratada, de acordo com as condições, no preço e no prazo estabelecidos no Edital;

2.16.2. Promover, por meio da Equipe de Gestão da Contratação, a fiscalização do cumprimento do objeto e das demais cláusulas do Contrato, em conformidade com o art. 67 da Lei n. 8.666/1993;

2.16.3. Efetuar o recebimento definitivo em até 03 (três) dias úteis após o recebimento provisório do objeto, exceto se houver atraso motivado pela empresa, quando o valor total da contratação ficar igual ou abaixo do limite que trata o inciso II do art. 24 da Lei 8.666/1993; ou 05 (cinco) dias úteis após o recebimento provisório do objeto, exceto se houver atraso motivado pela empresa, quando o valor total da contratação ficar acima do limite que trata o inciso II do art. 24 da Lei 8.666/1993.

### **2.17. Obrigações da Contratada**

2.17.1. Fornecer os produtos no prazo e nas condições e especificações constantes da proposta;

2.17.2. Entregar os produtos em até 60 (sessenta) dias corridos após o recebimento do contrato devidamente assinado pelos representantes do TRE-SC, à Seção de Administração de Redes e de Servidores do Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina, localizada à Rua Esteves Júnior, n. 68, 2º andar, Centro, Florianópolis/SC, sem que isso implique acréscimo no preço constante da proposta;

2.17.3. Os produtos entregues deverão ser novos (de primeiro uso) e idênticos, com componentes internos e externos com os mesmos padrões de cores, acessórios, características físicas, capacidade, qualidade e desempenho;

2.17.4. Serão recusados os produtos que possuam componentes ou acessórios com sinais claros de oxidação, danos físicos, sujeira, riscos ou outro sinal de desgaste, mesmo sendo o componente ou acessório considerado novo pelo fornecedor dos produtos;

2.17.5. Substituir, no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis contados a partir do recebimento da notificação emitida pelo TRE-SC, o produto entregue no qual for constatada qualquer irregularidade;

2.17.5.1. Estando em mora o licitante vencedor, o prazo para substituição dos produtos não interromperá a multa por atraso prevista na licitação;

2.17.5.2. Em caso de substituição de produto, correrão à conta da contratada as despesas decorrentes da devolução e da nova entrega;

2.17.6. Não transferir o objeto a outrem, no todo ou em parte, sem prévia anuência do TRE-SC;

2.17.7. Manter durante a execução do contrato todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

### **2.18. Custo estimado da contratação**

Conforme planilha elaborada pela CCM.

## **3. Especificação Técnica Detalhada**



## Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

### 3.1. Item 1 - Solução KVM, com as seguintes especificações técnicas mínimas:

- 3.1.1. Solução KVM para o Datacenter do TRE-SC, composta por switch KVM, console KVM e cabos adaptadores KVM;
- 3.1.2. **Todos os itens da solução (switch, console e cabos adaptadores KVM) devem ser do mesmo fabricante e compatíveis entre si, garantindo uma solução integrada e plenamente funcional;**

#### SWITCH KVM

- 3.1.3. Comutador de rede tipo switch KVM IP ("Switch KVM over IP") com, no mínimo, 16 (dezesesseis) portas de conexão a computadores, padrão RJ-45 fêmea;
- 3.1.4. Possuir, no mínimo, 2 (duas) interfaces de rede redundantes, padrão 1 Gbps Base-T;
- 3.1.5. Possuir, no mínimo, 2 (duas) fontes de alimentação redundantes, padrão 100-240V AC, 50-60Hz;
- 3.1.6. Suportar conectividade VGA e USB para console local;
- 3.1.7. Opção de montagem em rack 19", ocupando no máximo 1U;
- 3.1.8. Suportar resolução de até 1920 x 1200 @60Hz, para usuário local e remotos;
- 3.1.9. Suporte para, no mínimo, 1 console local e 1 usuário remoto;
- 3.1.10. Possibilitar a atualização de firmware;
- 3.1.11. Compatibilidade com IPv6;
- 3.1.12. Suporte ao recurso de mídia virtual;
- 3.1.13. Suportar acesso em nível de BIOS;
- 3.1.14. Suporte multiplataforma a clientes Linux e Windows;
- 3.1.15. Suporte aos navegadores Firefox e Chrome;
- 3.1.16. Interface de usuário (GUI) baseada em navegador, livre da necessidade de uso de *plugins* ou pacotes de softwares pré-instalados (Java, ActiveX, etc.);
- 3.1.17. Suporte a RADIUS, LDAPS e Microsoft Active Directory;
- 3.1.18. Suporte a TLS 1.2 e RSA 2048 bits, ou superiores;
- 3.1.19. Suportar filtragem por endereçamento IP/MAC;
- 3.1.20. Suportar configuração de permissões de usuários e grupos para controle de acesso;

#### CONSOLE KVM

- 3.1.21. Console LCD KVM integrada (teclado, vídeo e mouse);
- 3.1.22. Monitor de vídeo com tela LCD de, no mínimo, 18,5 polegadas, com resolução mínima de 1366 x 768, 60Hz e ajuste do ângulo de inclinação para uma visualização mais confortável;
- 3.1.23. Suporte para entrada de vídeo VGA;
- 3.1.24. Suporte USB para teclado e mouse;
- 3.1.25. Teclado padrão 105 teclas;
- 3.1.26. Mouse integrado, tipo touchpad ou trackball;
- 3.1.27. Suportar montagem em rack 19", utilizando gaveta deslizante, ocupando altura máxima de 1U;
- 3.1.28. Suportar atualização de firmware;



## Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

3.1.29. Suportar plataformas Linux e Windows;

3.1.30. Suportar seleção de console através de tecla de atalho;

### CABOS ADAPTADORES KVM

3.1.31. Devem ser disponibilizados todos os cabos adaptadores necessários para pleno funcionamento da solução, incluindo: i) cabos adaptadores para conexão do console KVM ao switch KVM; ii) cabos adaptadores para conexão de todas as portas do switch KVM aos servidores;

3.1.32. Os cabos adaptadores KVM devem ter suporte a mídia virtual;

3.1.33. Os cabos adaptadores KVM devem dispor de conectores RJ-45 (fêmea), VGA e USB (machos);

### OUTROS REQUISITOS

3.1.34. Os produtos devem estar em linha, disponível no catálogo de fabricante;

3.1.35. Todos os componentes devem ser novos (de primeiro uso) e idênticos, isto é, possuir componentes internos e externos com os mesmos padrões de cores, modelos, acessórios, características físicas, capacidade, qualidade e desempenho, devendo ser entregues em pleno funcionamento e prontos para a utilização;

3.1.36. Não serão admitidos ajustes e configurações que impliquem no funcionamento do equipamento fora das condições normais recomendadas pelo fabricante;

3.1.37. Todos os componentes de software (drivers) que se fizerem necessários para a instalação, configuração e operação do equipamento e de seus componentes deverão ser disponibilizados ou estar disponíveis para download na internet;

### GARANTIA

3.1.38. **Os produtos ofertados devem possuir garantia de fábrica de, no mínimo, 2 (dois) anos;**

### INFORMAÇÕES DE PROPOSTA

3.1.39. Deverá ser informado na proposta:

- Marca e modelo/código do switch KVM cotado;
- Marca e modelo/código do console KVM cotado;
- Marca e modelo/código dos adaptadores KVM cotados;

3.1.40. Deverão acompanhar a proposta catálogos, fichas técnicas e outros documentos relativos aos produtos cotados, nos quais constem as informações necessárias à comprovação do atendimento às especificações técnicas exigidas, preferencialmente indicando em quais catálogos/documentos se encontram as informações técnicas para a comprovação. Em caso de dúvida, o TRE-SC poderá solicitar à proponente informações adicionais para a devida comprovação do atendimento aos requisitos técnicos exigidos.

## **3.2. Marcas e Modelos / Códigos de Referência**

- Solução KVM ATEN, composta pelos equipamentos modelos KN1116VA, CL3100 e KA7175.

Obs.: As marcas de referência, códigos e modelos citados visam tão somente afastar eventuais dúvidas que possam ser suscitadas quanto ao objeto pretendido, sendo aceitos pela Administração, sem restrições, produtos similares que detenham as especificações e os requisitos técnicos solicitados.

## **3.3. Códigos SIASG**

Código: 477951.

## **3.4. Vigência**



## Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

O Contrato terá vigência a partir da data da sua assinatura até o recebimento definitivo do objeto contratado.

### **3.5. Modelos de Documentos**

Não se aplica a esta contratação.

Florianópolis, em 18 de outubro de 2022.



# Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

## Anexo I – Plano de Fiscalização

### 1. Execução e Gestão do Contrato

#### 1.1. Papéis a serem desempenhados pelos principais atores do TRE-SC e da Contratada

1.1.1. A gestão da contratação será confiada à Equipe de Gestão da Contratação, composta pelo Gestor da Contratação e pelos Fiscais Demandante, Técnico e Administrativo, indicados abaixo:

Integrantes	Nome	Unidade
Gestor da contratação	Marcelo Macedo Lopes	Seção de Administração de Redes e de Servidores
Substituto	Luiz Angelo Daros de Luca	
Fiscal demandante	Marcelo Macedo Lopes	
Substituto	Luiz Angelo Daros de Luca	
Fiscal técnico	Luiz Angelo Daros de Luca	
Substituto	Claudio Mossmann Rodrigues	
Fiscal administrativo	Robson Luiz Soares da Conceição	Seção de Almoxarifado e Patrimônio
Substituto	Marcelo Osni Santos	

#### 1.2. Dinâmica de Execução, Etapas e Cronograma

1.2.1. A empresa contratada deverá entregar os produtos na Seção de Administração de Redes e de Servidores, situada no 2º andar do prédio-sede do TRE-SC, localizado à Rua Esteves Júnior, n. 68, Centro, Florianópolis/SC, em dia útil, das 13 às 19 horas, em até 60 (sessenta) dias corridos após o recebimento do contrato devidamente assinado pelos representantes do TRE-SC, sem que implique acréscimo no preço da proposta.

#### 1.3. Instrumentos Formais

1.3.1. Será firmado contrato com o licitante vencedor que terá suas cláusulas e condições reguladas pelas Leis n. 10.520/2002 e 8.666/1993.

#### 1.4. Prazos de Garantia

1.4.1. Os produtos ofertados devem possuir garantia de fábrica de, no mínimo, 2 (dois) anos.

#### 1.5. Acompanhamento do Contrato

1.5.1. A comunicação entre o TRE-SC e a Contratada poderá ocorrer por contato telefônico (48-3251-3889), e-mail (csit-sars@tre-sc.jus.br) ou pessoalmente, no local da prestação dos serviços (Seção de Administração de Redes e de Servidores, Rua Esteves Júnior nº 68, 2º andar, 88015-130, Florianópolis/SC).

1.5.2. O acompanhamento e a fiscalização da execução do contrato consistem na verificação, pela Contratante, da conformidade da entrega do objeto e da prestação dos serviços, de forma a assegurar o perfeito cumprimento do ajuste, e serão exercidos pela Equipe de Gestão da Contratação, em conjunto ou individualmente, em conformidade com o art. 67 da Lei n. 8.666/1993.

1.5.3. A fiscalização terá autoridade para:

- a) Solicitar a imediata retirada de qualquer membro da equipe da Contratada que não





## Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

corresponda, técnica ou disciplinarmente, às orientações do Gestor do Contrato, não implicando em modificações de prazo ou condições contratuais;

- b) Exigir o cumprimento de todos os itens especificados;
- c) Rejeitar todo e qualquer material de má qualidade ou não especificado para a execução dos serviços;
- d) Esclarecer dúvidas ou solucionar omissões eventualmente constatadas durante a execução.

**1.5.4.** A existência do acompanhamento não exime a Contratada de quaisquer responsabilidades sobre erros ou omissões por ela praticados, que surgirem ou vierem a ser constatadas no decorrer ou após os serviços.

**1.5.5.** Quaisquer dúvidas que eventualmente surjam durante a execução dos serviços deverão ser sanadas junto à Equipe de Gestão da Contratação.

### **1.6. Recebimento Provisório e Definitivo**

**1.6.1.** Os materiais serão inspecionados no ato do recebimento, a fim de verificar a existência de eventuais avarias, bem como a conformidade dos materiais segundo as características descritas na proposta. Será feita a contagem de todo o quantitativo entregue, em embalagens, caixas e demais unidades de medidas e, não sendo possível verificar item a item, haverá conferência por amostragem.

**1.6.2.** O recebimento provisório ocorrerá na data de entrega do objeto contratado.

**1.6.3.** O recebimento definitivo dar-se-á em até:

- a) 3 (três) dias úteis após o recebimento provisório do objeto, exceto se houver atraso motivado pela empresa, quando o valor total da contratação ficar igual ou abaixo do limite que trata o inciso II do art. 24 da Lei 8.666/1993; ou
- b) 5 (cinco) dias úteis após o recebimento provisório do objeto, exceto se houver atraso motivado pela empresa, quando o valor total da contratação ficar acima do limite que trata o inciso II do art. 24 da Lei 8.666/1993.

### **1.7. Pagamento**

**1.7.1.** O prazo máximo para a efetivação do pagamento será de:

- a) 5 (cinco) dias úteis após a apresentação da nota fiscal/fatura, quando o valor total contratado ficar igual ou abaixo do limite que trata o inciso II do art. 24 da Lei 8.666/1993; ou
- b) 30 (trinta) dias após o cumprimento das obrigações contratuais, quando o valor total contratado ficar acima do limite que trata o inciso II do art. 24 da Lei 8.666/1993.

### **1.8. Transferência de Conhecimento**

Não se aplica a esta contratação.

### **1.9. Direitos Autorais**

Não se aplica a esta contratação.

### **1.10. Qualificação Técnica**

Não se aplica a esta contratação.

### **1.11. Descumprimento Contratual e Penalidades**

**1.11.1.** Ficará impedido de licitar e contratar com a União e será descredenciado no SICAF, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas no Edital e no contrato e das demais cominações legais, garantido o direito à ampla defesa, aquele que, convocado dentro do prazo de validade de sua proposta:





## Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

- a) não assinar o contrato ou a ata de registro de preços;
- b) não entregar a documentação exigida no edital;
- c) apresentar documentação falsa;
- d) causar o atraso na execução do objeto;
- e) não manter a proposta;
- f) falhar na execução do contrato;
- g) fraudar a execução do contrato;
- h) comportar-se de modo inidôneo;
- i) declarar informações falsas; e
- j) cometer fraude fiscal.

1.11.1.1. Serão aplicados os seguintes períodos de impedimento, de acordo com a infração cometida:

a) não assinar o contrato ou não aceitar ou retirar a nota de empenho, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta: Pena - impedimento do direito de licitar e contratar com a União e descredenciamento do Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores SICAF pelo período de 2 (dois) meses;

b) deixar de entregar documentação exigida: Pena - impedimento do direito de licitar e contratar com a União e descredenciamento do SICAF pelo período de 1 (um) mês;

c) fizer declaração falsa ou apresentar documentação falsa: Pena - impedimento do direito de licitar e contratar com a União e descredenciamento do SICAF pelo período de 6 (seis) meses;

d) ensejar o retardamento da execução do objeto: Pena - impedimento do direito de licitar e contratar com a União e descredenciamento do SICAF pelo período de 2 (dois) meses;

e) não manter a proposta, inclusive deixando de apresentar amostra do produto: Pena - impedimento do direito de licitar e contratar com a União e descredenciamento do SICAF pelo período de 2 (dois) meses;

f) falhar na execução do contrato: Pena - impedimento do direito de licitar e contratar com a União e descredenciamento do SICAF pelo período de 6 (seis) meses;

g) fraudar na execução do contrato: Pena - impedimento do direito de licitar e contratar com a União e descredenciamento do SICAF pelo período de 15 (quinze) meses;

h) comportar-se de modo inidôneo: Pena - impedimento do direito de licitar e contratar com a União e descredenciamento do SICAF pelo período de 12 (doze) meses; e

i) cometer fraude fiscal: Pena - impedimento do direito de licitar e contratar com a União e descredenciamento do SICAF pelo período de 20 (vinte) meses.

1.11.1.2. As sanções previstas no subitem 1.11.1.1 poderão ser majoradas em 50% (cinquenta por cento), para cada agravante, até o limite de 60 (sessenta) meses, conforme Portaria P n. 136/2021.

1.11.1.3. As penas previstas nas alíneas “a”, “b”, “d” e “e” do subitem 1.11.1.1 poderão ser reduzidas em 50% (cinquenta por cento), uma única vez, quando não tiver havido nenhum dano à Administração, conforme Portaria P n. 136/2021.

1.11.1.4. Quando a ação ou omissão do licitante vencedor ensejar o enquadramento de concurso de condutas, aplicar-se-á a pena mais grave.

1.11.2. Para os casos não previstos no subitem 1.11.1, se o licitante vencedor descumprir as condições do Edital, ficará sujeito às penalidades estabelecidas na Lei n. 8.666/1993.

1.11.2.1. Consoante previsto na Portaria P n. 136, de 14 de outubro de 2021:

1.11.2.1.1. As infrações consideradas como leves serão penalizadas com a advertência;

1.11.2.1.2. As infrações consideradas como médias serão penalizadas com multa de 5% do valor total do contrato;



## Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

1.11.2.1.3. As infrações consideradas como graves serão penalizadas com multa de 10% do valor total do contrato;

1.11.2.1.4. As infrações consideradas como gravíssimas serão penalizadas com suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com o TRE-SC, por prazo não superior a 2 (dois) anos;

1.11.3. Conforme previsto no artigo 87 da Lei n. 8.666/1993, nas hipóteses de inexecução total ou parcial, poderão ser aplicadas as seguintes penalidades:

a) no caso de inexecução parcial, multa de 10% (dez por cento) sobre o valor do objeto que não foi executado;

b) no caso de inexecução total, multa de 10% (dez por cento) sobre o valor total do objeto contratado;

c) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o licitante vencedor ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base na alínea anterior.

1.11.4. As sanções estabelecidas no subitem 1.11.1 e na alínea "c" do subitem 1.11.3 são de competência do Presidente do TRE-SC.

1.11.5. Em conformidade com o art. 86 da Lei n. 8.666/1993, o atraso injustificado na execução do objeto deste Projeto Básico / Termo de Referência, sujeitará o licitante vencedor, a juízo da Administração, à multa de 0,25% (zero vírgula vinte e cinco por cento) ao dia, sobre o valor do item em atraso, a partir do dia imediato ao vencimento do prazo estipulado.

1.11.5.1. Os atrasos de que trata o subitem 1.11.5, quando superiores a 30 (trinta) dias, serão considerados inexecução total do contrato.

1.11.5.2. A pena de multa poderá ser aplicada cumulativamente com as demais sanções previstas na Lei n. 8.666/1993.

1.11.6. Da decisão que aplicar a penalidade prevista na alínea "c" do subitem 1.11.3, caberá pedido de reconsideração, no prazo de 10 (dez) dias úteis a contar da intimação do ato.

1.11.7. O prazo para a apresentação de defesa prévia, quanto à aplicação das demais penalidades, será de 5 (cinco) dias úteis, a contar do recebimento da notificação.

1.11.7.1. Transcorrido *in albis* o prazo para a apresentação de defesa prévia ou após a apresentação da defesa prévia, a autoridade competente, se for o caso, aplicará a respectiva penalidade e estabelecerá prazo de 5 (cinco) dias úteis para a apresentação de recurso, contado do primeiro dia útil subsequente ao recebimento da notificação.

1.11.7.2. Com a decisão do recurso ou do pedido de reconsideração referente à penalidade prevista na alínea "c" do subitem 1.11.3 exaure-se a esfera administrativa.